

Artigo



## TRABALHADORES PAULISTANOS: OS ASSOCIADOS E AS “VÍTIMAS DA PINGA”

Uassyr de Siqueira\*

### Resumo:

O objetivo desse artigo é discutir sobre a atuação dos diferentes tipos de organizações dos trabalhadores paulistanos durante a Primeira República. Serão analisados sindicatos e clubes recreativos, associações que, embora com características distintas, poderiam manifestar objetivos semelhantes. Trataremos também dos espaços informais de sociabilidade, como os botequins, que faziam parte do cotidiano de muitos trabalhadores, fator que revela as tênues fronteiras entre trabalho e lazer na cidade de São Paulo.

**Palavras-chave:** Trabalhadores, associações, lazer.

### Abstract:

The aim of this article is talk about the actions of different kinds of workers organizations across the Brazilian First Republic. Will be analyzed: unions and recreational clubs, social organizations that, although they have distinct characteristics, could have same objective. The informal places of sociability, as the botequins (small popular taverns), that belonged of the everyday of many workers, are, too, important points to perceive the fragile boundary between work and leisure in Sao Paulo City.

**Keywords:** workers, associations, leisure.

---

\* Doutor em História Social pela UNICAMP, Professor de História da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP).

HISTÓRIA SOCIAL	Campinas – SP	Nº 14/15	101–119	2008
-----------------	---------------	----------	---------	------

Desde o final do século XIX, trabalhadores paulistanos, de diferentes categorias profissionais, passam a fundar vários tipos de associações – mutualistas, sindicais, recreativas e outras. Esse processo, que se intensificou no início do século XX, foi também marcado por um notório conflito entre as lideranças sindicais – com particular atenção para aquelas ligadas ao sindicalismo revolucionário, que enxergavam o sindicato como o espaço privilegiado de organização e de expressão política – e as outras práticas de sociabilidade dos trabalhadores – como as associações recreativas e esportivas, e demais lugares de convívio, como os botequins e armazéns. Se, por um lado, a elite industrial paulistana procurava inculcar o hábito do trabalho disciplinado e regular entre os trabalhadores da cidade, buscando estabelecer rígidas fronteiras entre tempo de trabalho e tempo livre – ou, como diria Edward Thompson para o caso inglês, estabelecer “uma clara demarcação entre o ‘trabalho’ e a ‘vida’” (THOMPSON, 1998, p. 300) – um volume considerável do discurso das organizações sindicais, por outro lado, fazia uma rígida separação entre as lutas por melhorias das condições de trabalho e as múltiplas práticas de lazer dos trabalhadores da cidade. No entanto, vendo de perto os objetivos e as práticas de sindicatos e de associações recreativas notamos que, não obstante a tentativa de setores do movimento operário em definir uma autêntica forma de organização e de expressão política, o campo de atuação dos sindicatos, em algumas ocasiões, se aproximava dos propósitos das organizações voltadas para o lazer. Por sua vez, o hábito de frequentar armazéns e botequins, que era alvo de preocupação tanto do patronato quanto dos militantes, estava enraizado no cotidiano do trabalho, revelando que, para muitos trabalhadores, lazer e trabalho não eram esferas que se excluía mutuamente.

Durante a Primeira República, as organizações sindicais promoviam, freqüentemente, suas “reuniões de propaganda”, com a finalidade de divulgar os propósitos do sindicalismo e de angariar mais filiados. Junto a esse trabalho de convencimento, os militantes faziam alertas quanto aos diversos males, presentes no cotidiano, que seriam responsáveis pela obstrução da tomada de

consciência de classe: entre os piores, o consumo excessivo do álcool. Assim, em março de 1908, no jornal *A Lucta Proletária*, órgão da Federação Operária do Estado de São Paulo, dizia-se “Abaixo o álcool! O alcoolismo é infelizmente uma das mais perniciosas drogas da classe operária, arrastando além de tudo em número incalculável de doenças, entre outras, a terrível tuberculose”.<sup>1</sup> No Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1906, foi deliberada a realização de uma ampla campanha contra o alcoolismo, este freqüentemente apontado como causador de diversas doenças e como responsável pela perda das faculdades morais e intelectuais da classe trabalhadora.

A campanha contra o consumo excessivo do álcool está situada em um contexto internacional do movimento operário no início do século XX. Em Paris, embora as associações operárias realizassem suas reuniões em diversos cafés e em outros locais de venda de bebidas nos subúrbios da cidade, freqüentemente a imprensa operária atentava para o problema do consumo abusivo do álcool. (GRAVELEAU, 1991). No caso Britânico, onde a “sociabilidade masculina era inseparável do álcool” (HOBSBAWM, 1987, p. 267), os socialistas também enxergavam o álcool como uma droga que levaria ao enfraquecimento da autoconsciência e da perda do senso de responsabilidade necessários à civilidade. (JONES, 1987).

A propaganda contra o alcoolismo, promovida pelas organizações sindicais e pela imprensa operária, também estava inserida em um programa mais amplo sobre o uso do tempo livre pelo trabalhador. Assim, em alguns casos, as campanhas pró-sindicalização vinham acompanhadas de antipropaganda contra outros tipos de agremiações freqüentadas pelos trabalhadores, como as de caráter recreativo. Em janeiro de 1909, o jornal *La Lotta Proletária* publicou uma longa nota, dirigida à “juventude paulistana”, afirmando que, enquanto o movimento sindical agonizava, outros tipos de associações floresciam, “fazendo diariamente maravilhosos progressos”: os centros recreativos, ao passo as

---

<sup>1</sup> *A Lucta Proletária*, 21/03/1908.

assembléias das associações de ofício, onde se tratariam sobre os interesses dos proletários, tornavam-se desertas. “Tudo isso por qual razão?”, questionava o articulista, “Talvez porque lá (nas associações recreativas) houvesse maior familiaridade? Que nada! Nem sonhando!”.<sup>2</sup> Segundo o articulista, maior familiaridade haveria nas organizações sindicais, onde os trabalhadores estariam juntos dos companheiros de ofício, ficando a par da situação de trabalho em outras oficinas e podendo, desta maneira, agir para melhorar sua condição.

Em outubro de 1917, o jornal *A Plebe*, dirigido pelo anarquista Edgar Leuenroth, publicou uma longa nota atacando duas práticas de lazer bastante difundidas nos bairros operários paulistanos: a dança e o futebol, “duas calamidades modernas que dizimam milhares de seres humanos.” Segundo o autor do texto, que lança mão de um discurso bastante próximo dos proferidos por médicos e higienistas do período, a dança seria “a porta da prostituição”, ao passo que o futebol, um “funesto jogo”, promotor de um “selvagerismo atroz”, seria responsável não somente por males físicos – pernas e braços quebrados, pulmões danificados, etc. – mas também pelo “mal moral”. Dessa forma, “Mais úteis à humanidade e a si próprios seriam esses rapazes se em lugar de se ocuparem em semelhantes passatempos, ingressassem antes nos Sindicatos e Ligas Operárias, a fim de enfrentar o vilíssimo patronato”.<sup>3</sup> Outras notícias, também veiculadas por *A Plebe*, procuravam opor os clubes recreativos e esportivos à consciência de classe, cujo desenvolvimento só seria possível por meio da sindicalização. Para as lideranças sindicais dos trabalhadores em fábricas de tecido, o sindicato seria ainda um local “onde se conhecem bons camaradas”, enfatizando, portanto, esse tipo de entidade enquanto espaço genuíno de sociabilidade operária.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> *La Lotta Proletaria*, 19/01/1909, p. 2.

<sup>3</sup> *A Plebe*, 30/10/1917.

<sup>4</sup> “Manifesto dos Tecelões”, *A Lucta Proletaria*, 8/02/1908, p. 2-3.

Entre os argumentos utilizados contra os círculos recreativos, constam a “imbecilização” da juventude e o estímulo à libidinagem, além do alto preço das mensalidades cobradas, que seriam bastante altas se comparadas às cotizações exigidas pelas organizações sindicais. Outro argumento utilizado refere-se à estrutura hierárquica das entidades de recreação, compostas por presidentes, secretários, tesoureiros etc., que seriam formas de autoridade tão severas quanto àquelas suportadas nas oficinas de trabalho.

Um articulista do jornal *La Lotta Proletária* manifestou sua preocupação em relação às divisões que poderiam ocorrer no interior dos círculos recreativos, as quais, por sua vez, poderiam gerar um distanciamento entre pessoas que, durante o trabalho, usavam as mesmas roupas empoeiradas e esfarrapadas.<sup>5</sup> Essas afirmações podem ter sido feitas com base em alguns dos itens estatutários das sociedades recreativas e esportivas, que dividiam os associados por categorias: além dos sócios contribuintes, que tinham a obrigação de pagar jóias e mensalidades, havia também os honorários e beneméritos, onde se enquadrariam indivíduos que prestassem relevantes auxílios às entidades – incluindo auxílios financeiros por parte de empresários. Já os sindicatos não permitiam a distinção entre os sócios e vedavam o ingresso de patrões e de indivíduos com cargos de mando, como mestres e contramestres, buscando, dessa maneira, fortalecer a identidade de classe entre os trabalhadores.

Além da polêmica contra as sociedades recreativas, a própria realização dos bailes nas atividades sindicais também vinha sendo motivo de controvérsia. Durante o Segundo Congresso Operário Estadual, realizado em 1908, foi aconselhado às agremiações sindicais a exclusão “do baile e de qualquer espécie de jogos”, recomendando-se a “fundação de centros dramático-sociais e de sessões onde se entretenham os sócios em palestras amigáveis.”<sup>6</sup> O conselho,

---

<sup>5</sup> “Circoli Ricreativi”, *La Lotta Proletaria*, 19/01/1909, p. 2.

<sup>6</sup> *A Lucta Proletaria*, 1/05/1908, p. 4.

no entanto, não foi de forma alguma atendido pelos sindicatos, que continuaram realizando bailes em suas atividades até década de 1920.

Sindicatos, associações mutualistas e agremiações de caráter político, entidades que procuravam se afirmar como legítimas representantes dos trabalhadores e como portadoras do discurso da classe, são geralmente analisadas pela historiografia como espaços, por excelência, de organização. Associações recreativas e esportivas, expressões da agremiação dos trabalhadores em torno de seu lazer, são postas em segundo plano, vistas como entidades paralelas, de menor importância em relação às entidades sindicais, quando não são totalmente negligenciadas. De maneira semelhante, os espaços de sociabilidade fora do âmbito institucional, como botequins, vendas e armazéns – freqüentados por diversas categorias profissionais e grupos étnicos – são pouco considerados enquanto espaços reveladores de identidades e de conflitos – inclusive os de caráter classista. É necessário, portanto, pensar a organização e a sociabilidade dos trabalhadores como um campo multifacetado, onde associações de caráter distinto, o institucional e a informalidade se relacionavam no cotidiano dos trabalhadores – revelando diferentes expressões de sua experiência e de sua identidade.

### **Trabalhadores em Associações**

Embora os sindicatos e a imprensa operária dirigissem duras críticas à prática do futebol pelos trabalhadores, é possível perceber, por outro lado, certas relações de proximidade entre organizações sindicais e clubes esportivos – o que revela uma série de ambigüidades do movimento e da imprensa operária em relação ao esporte. Em 1919, *A Plebe*, o mesmo periódico que relacionava o futebol à violência e à ausência de consciência de classe entre seus praticantes, publicou uma notícia sobre um “Grandioso Festival Proletário”, onde “O match de football foi disputado com galhardia”. A notícia destacava ainda o vigor dos

“rapazes sadios e cheios de energia”, imagem bastante diferente daquela que associava o jogo aos males físicos.<sup>7</sup> E, ao contrário das situações de brigas entre os trabalhadores, o festival proletário é descrito como demonstração de ordem – sugerindo uma mudança de opinião de *A Plebe* em relação à prática do futebol ou, ainda, que haviam posições distintas sobre o jogo no jornal. O campeão suburbano, o Esporte Clube Saturno, do Bom Retiro, foi uma das principais atrações do evento, que contou também com a presença do Touring Clube Paulista, cujas rendas, segundo *O Estado de S. Paulo*, provinham “puramente das minguadas contribuições dos sócios, são diminutas e mal chega para pagar as despesas de instalação da sede”(sic)<sup>8</sup>, caracterização que demonstra o recorte social dessa agremiação. Em outra ocasião, a A. A. Sul-América participaria de um festival no Parque São Jorge “em benefício da classe”<sup>9</sup>, engrossando as fileiras das agremiações esportivas que participavam das atividades sindicais.

A inclusão de clubes esportivos nas atividades dos sindicatos é geralmente vista como um dos artifícios utilizados pelos sindicalistas para atrair um público maior aos seus eventos. (HARDMAN, 1983). Ingressos a preços módicos, gratuidade da entrada para menores de 14 anos e a inclusão de um campeão suburbano no festival citado acima revelam a preocupação dos organizadores do evento em angariar um bom número de espectadores, lançando mão de chamarizes para a atividade. No entanto, também é preciso levar em conta que clubes esportivos poderiam ter certas afinidades com os objetivos das festividades sindicais, já que alguns deles lhes eram familiares. Com exceção da propaganda sindical, as finalidades dos festivais proletários, organizados por associações sindicais e pela imprensa operária, eram semelhantes aos fins de algumas das atividades organizadas por clubes esportivos, como a promoção de eventos para arrecadação de fundos, o auxílio de associados em dificuldades

---

<sup>7</sup> *A Plebe*, 30/10/1917.

<sup>8</sup> *O Estado de S. Paulo*, 30/01/1920.

<sup>9</sup> “O Festival Esportivo no Parque São Jorge”, *O Estado de S. Paulo*, 24/11/1920.

e o enfrentamento de problemas corriqueiros, como a escassez de recursos. Assim, alguns clubes esportivos poderiam participar dos festivais proletários como maneira de se solidarizar com lutas que também faziam parte de seu cotidiano.

A proximidade entre valores e práticas das organizações sindicais e dos clubes esportivos é visível na edição do Campeonato Distrital em 1922, organizado pelo Esporte Clube Saturno, quando esta agremiação entregaria os prêmios aos vencedores do torneio no 1º de Maio daquele ano, demonstrando, assim, sua identificação com a data comemorativa dos trabalhadores e das organizações sindicais.<sup>10</sup> Dessa maneira, algumas agremiações esportivas poderiam compartilhar, em algum grau, dos valores defendidos pelas sociedades sindicais que, durante a realização de festivais operários, evidenciavam dificuldades comuns à maioria das organizações dos trabalhadores – o que possibilitaria manifestações de solidariedade entre as associações.

Essa solidariedade ganhou contornos mais visíveis quando, em março de 1921, o jornal *A Vanguarda* protestou contra os critérios adotados pela Associação Paulista de Esportes Atléticos (APEA) para a alocação dos clubes paulistanos nas divisões do campeonato municipal. Tais critérios, para o articulista do periódico, resultariam na divisão entre os clubes “fortes”, “assim chamados porque contam entre seus associados burgueses endinheirados”, e os clubes “plebeus”.<sup>11</sup> O artigo ressaltava ainda que as agremiações formadas por “rapazes chiques” se negavam a disputar partidas contra associações esportivas supostamente formadas por “cafajestes”.<sup>12</sup> Verifica-se, portanto, uma contraposição à tentativa dos clubes de elite em estabelecer unilateralmente as regras do campeonato, demonstrando que o esporte, que durante seu início no Brasil era visto como um elemento de distinção entre os que o praticavam (PEREIRA, 2000), também passa a ser reconhecido como um campo de ação

---

<sup>10</sup> “Futebol”, *O Estado de S. Paulo*, 19/04/1922.

<sup>11</sup> *A Vanguarda* 16/03/1921.

<sup>12</sup> *Idem*, 16/03/1921.

e de disputas políticas por *A Vanguarda*. A notícia revela claramente que o futebol também foi pensado em termos de lutas de classes pela imprensa operária, lutas essas em que os clubes mais modestos eram reconhecidos e defendidos pelo militante e colunista do jornal, que utilizava termos como “plebeus” e “pobres” para caracterizar a presença dos trabalhadores naquelas associações esportivas.

Em 1919, um dos clubes filiados à segunda divisão da APEA era o Esporte Clube Canteiros Paulista, cujo nome revela uma clara identidade com uma categoria profissional. Além do futebol, a agremiação dos canteiros organizava festividades, ampliando as possibilidades de lazer para seus associados. Outra entidade esportiva de identidade profissional era a Associação Gráfica de Desportos (AGD), fundada em 7 de agosto 1918 e também pertencente à segunda divisão da APEA.

Embora não restringisse o quadro de associados aos gráficos, a AGD frisava a identidade em torno da categoria por meio de seu nome e de seus símbolos, sendo seu Pavilhão Social “inteiramente azul, tendo ao centro um escudo Branco com uma faixa azul em diagonal, encimada por um círculo com as iniciais A. G. D. em vermelho e em baixo o distintivo das artes gráficas.”<sup>13</sup> Os sócios contribuintes pagavam jóia de 5\$000 e mensalidade de 3\$000, preços módicos se comparados com clubes mais abastados. Para fins de comparação, podemos citar o Clube Atlético Paulistano (CAP), entidade esportiva de “associados burgueses endinheirados”, segundo a imprensa operária, e pertencente à primeira divisão do campeonato municipal de futebol. O CAP cobrava 40\$000 de jóia e 10\$000 de mensalidade dos sócios efetivos, apresentando, portanto, taxas de ingresso e de permanência no seu quadro social bastante restritivas.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Arquivo do Estado de São Paulo, 1º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, Estatuto Sociais da Associação Gráfica de Desportos, 1920, Sociedade Civil nº 638, Caixa 10428.

<sup>14</sup> Arquivo do Estado de São Paulo, 1º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, Estatuto do Clube Atlético Paulistano, 1916, Sociedade Civil nº 470, Caixa 10417.

No entanto, a Associação Gráfica de Desportos cobrava o triplo da mensalidade exigida pela União dos Operários Gráficos, de caráter sindical e fundada em 1919, e que não exigia pagamento de jóias. Este certamente foi um dos motivos que gerou críticas da agremiação sindical dos gráficos no momento da fundação da sociedade esportiva voltada para a mesma categoria profissional: segundo lideranças sindicais, a fundação de uma associação “puramente esportiva” representaria um fator de desmobilização, resultado da obra de alguns industriais para a desorganização da classe.<sup>15</sup>

De maneira semelhante ao caso do futebol, as veementes críticas da imprensa operária e das organizações sindicais aos grêmios recreativos, revelando preocupações e diretrizes acerca da utilização do tempo livre pelos trabalhadores, não implicavam que sindicatos e clubes eram esferas de atuação que se excluía mutuamente. Em 15 de maio de 1906, Giulio Sorelli, membro da Comissão Executiva da União dos Sindicatos de São Paulo, solicitou à polícia “licença para um espetáculo e baile familiar que a mesma vai realizar amanhã, 16, no Salão Eden Clube”<sup>16</sup>, uma organização recreativa. O programa da atividade incluía apresentação de peças teatrais, conferências – versando sobre o antialcoolismo, pelo Dr. Benjamin Motta, e sobre a organização operária, por Giulio Sorelli – finalizando com um “baile familiar”, denominação utilizada para se diferenciar dos bailes públicos que ocorriam com frequência nos salões dos bairros paulistanos.<sup>17</sup> A União dos Sindicatos foi fundada em 1907, após o fechamento da Federação Operária de São Paulo (FOSP) pela polícia durante a greve geral daquele ano, cuja reivindicação principal era pelas 8 horas da jornada de trabalho. Naquela ocasião, o Eden Club teve sua sede invadida pela polícia quando lá era realizada uma reunião entre caixeiros de cafés, ação que

---

<sup>15</sup> *O Combate*, 09/08/1918.

<sup>16</sup> Arquivo do Estado de São Paulo, Polícia, Secretaria de Justiça e Segurança Pública, 15/05/1906, Caixa 3156.

<sup>17</sup> Ver: Arquivo do Estado de São Paulo, Polícia, Secretaria da Justiça – postos policiaes /atuacoes (1899-1900), Caixa C 06560.

resultou em prisões e espancamento dos presentes.<sup>18</sup> Esse incidente revela a possibilidade de relações estreitas entre sociedades recreativas e sindicatos, inclusive em momentos de tensões sociais.

Durante a Primeira República, era comum que alguns sindicatos compartilhassem uma mesma sede. Em 1908, por exemplo, funcionavam no Largo do Riachuelo, 7-A, no Bexiga, os seguintes sindicatos: União dos Chapeleiros, Sindicato dos Metalúrgicos, Sindicato dos Transportadores de Tijolos, Sindicato dos Trabalhadores em Ladrilhos, Sindicato dos Trabalhadores em Pedra Granito, Sindicato dos Trabalhadores em Veículos, Liga de Resistência entre Pedreiros e Anexos, Liga dos Trabalhadores em Madeira e União dos Sindicatos.<sup>19</sup> Isso permitia a diminuição de custos para as associações, que poderiam ratar o custo do aluguel do espaço, sendo também uma forma de melhor articular o conjunto do movimento sindical na cidade: a troca de experiências e de informações entre diretores e militantes das diversas agremiações poderia contribuir para um melhor andamento das atividades sindicais.

Além da convivência entre diversas organizações sindicais, também era comum a existência de sociedades de caráter distinto compartilhando o mesmo espaço, ou presentes em locais bastante próximos geograficamente. Em 1920, nos salões do Largo do Riachuelo, no Bexiga, realizavam suas atividades as seguintes associações: Liga Operária da Construção Civil, União de Alfaiates e Costureiras para Senhoras, União dos Canteiros, de caráter sindical, e sociedades recreativas como G.D.R. Guarani, Centro Recreativo Smart, que congregava associados negros, e outras, que mantinham uma considerável proximidade geográfica.<sup>20</sup> Essa proximidade fornecia um amplo leque de possibilidades aos trabalhadores na escolha do uso de seu tempo livre. Poderiam freqüentar uma

---

<sup>18</sup> “O dia de 8 horas – A greve”, *O Estado de S. Paulo*, 17/05/1907, p. 8.

<sup>19</sup> *A Lucta Proletaria*, 5/09/1908, p. 4.

<sup>20</sup> CECULT/UNICAMP, Banco de Dados Clubes e Sociedades, 1920.

reunião sindical e, logo depois, se divertir nas atividades de recreação promovidas por outras associações.

Como demonstra Jacob Penteadado, era comum que um mesmo indivíduo pudesse circular entre diferentes tipos de associações. No bairro do Belenzinho, diretores de sociedades sindicais também participavam da organização de sociedades recreativas e esportivas, o que também ocorria em outros bairros paulistanos. (PENTEADO, 2003) Esse era o caso de Luiz Cerri que, em 1900, fora um dos fundadores do Grêmio Dramático e Musical Luso-Brasileiro, no Bom Retiro<sup>21</sup> – participando de sua diretoria ainda em 1917<sup>22</sup> –, sendo também presidente da União dos Operários da Ponte Grande em 1908.<sup>23</sup>

Sob o ponto de vista das autoridades policiais, sindicatos e clubes recreativos mereciam atenções semelhantes. Ao realizar suas atividades, eram obrigados a solicitar autorização à polícia, que fazia algumas restrições: uma delas era a de não permitir a cobrança de entradas nos eventos promovidos, como foi mencionado no parecer ao pedido para realização de baile feito pela União os Sindicatos.<sup>24</sup> Isso era um artifício para restringir a participação nos eventos aos associados, facilitando o controle policial sobre as atividades.

Observando os estatutos das associações também é possível notar que, não obstante as particularidades dos objetivos gerais de sindicatos e clubes

---

<sup>21</sup> Arquivo do Estado de São Paulo, 1º cartório de Registros de Imóveis da Comarca da Capital, Estatuto do G.D.M Luso-Brasileiro, 1907, Sociedade Civil nº 191, Caixa 10397.

<sup>22</sup> Ata de Reunião da Diretoria do G.D.M. Luso-Brasileiro. 11/12/1917. G.D.R. Luso-Brasileiro.

<sup>23</sup> Secretaria de Justiça e Segurança Pública. 14/02/1908. Polícia. AESP. Caixa 3156. Essa circulação de indivíduos por diferentes tipos de organizações era uma característica comum no associativismo dos trabalhadores. Casos semelhantes são apontados por Beatriz Ana Loner, para as cidades de Pelotas e Rio Grande, e também por Paula Nomelini, que estudou as associações mutualistas e recreativas em Campinas. (LONER, 2001, NOMELENI, 2007).

<sup>24</sup> Arquivo do Estado de São Paulo, Polícia, Secretaria de Justiça e Segurança Pública, 15/05/1906, Caixa 3156.

recreativos, ambos os tipos de agremiação manifestavam preocupações em comum. Uma delas dizia respeito à concessão de auxílios aos sócios diante de situações adversas, como em caso de doença ou de desemprego. Assim, o Grêmio Dramático e Musical Luso-Brasileiro se propunha a “conceder benefícios (...) aos sócios que os solicitarem, uma vez provado a falta de recursos por moléstia ou desemprego”<sup>25</sup>, item estatutário encontrado com frequência nos registros de associações de socorros mútuos.<sup>26</sup> A União dos Chapeleiros, por sua vez, oferecia auxílio aos enfermos e auxílio funeral. Outra preocupação comum entre sociedades recreativas e sindicais era com a instrução de seus associados, buscando manter bibliotecas em suas sedes sociais, organizando conferências e outras atividades educativas.

### **“Vítimas da Pinga”? Lazer e trabalho no âmbito informal da sociabilidade**

Se havia uma grande variedade de organizações fundadas e frequentadas pelos trabalhadores paulistanos, o mesmo pode ser dito em relação aos espaços informais de sociabilidade: cafés, botequins, armazéns de secos e molhados e jogos de bolas – popularmente conhecidos como *bocce* – revelam uma multiplicidade de experiências da classe em torno de seu lazer. Esses lugares de convívio não passaram despercebidos por Alcântara Machado que, em *Brás, Bexiga e Barra Funda*, descreve o cotidiano do Armazém Progresso, que também possuía *bocce*, na Rua da Abolição, no Bexiga (MACHADO, 1997). Notícias veiculadas pela grande imprensa frequentemente descreviam brigas e confusões ocorridas naqueles locais, onde o consumo excessivo de bebida alcoólica é apontado como a causa dos conflitos e do desvirtuamento da rotina

---

<sup>25</sup> Estatuto do G.D.M. Luso-Brasileiro, doc. cit.

<sup>26</sup> Ver, por exemplo, Arquivo do Estado de São Paulo, 1º cartório de Registros de Imóveis da Comarca da Capital, Estatuto da Sociedade Artística Beneficente, 1901, Sociedade Civil nº 96, Caixa 10397.

de trabalho. Assim, carroceiros, pedreiros, sapateiros e outras categorias profissionais são mencionados de modo a enfatizar a condição social dos envolvidos em incidentes procurando-se, dessa maneira, fornecer argumentos que enfatizassem o desvio de conduta em relação ao modelo do trabalhador ordeiro. É o que sugere um incidente, narrado pelo *Correio Paulistano*, em que os “italianos Caetano Raphael, sapateiro, morador à Ladeira do Ouvidor, nº 12, e Julio Finale, pedreiro, residente à rua Major Diogo, nº 90”, (...) na ocasião em que bebiam uma garrafa de vinho ontem, pela manhã, num armazém da rua Augusta, travaram-se de violenta altercação e em seguida passaram à luta corporal.”<sup>27</sup> Como em outros casos noticiados pela grande imprensa, o agressor foi preso em flagrante, demonstrando a presença constante da polícia nos locais freqüentados pelos trabalhadores.

Trabalhadores como o pedreiro Julio Finale poderiam ter jornadas de serviço pouco regulares, permitindo-lhes um tempo livre maior. Isso fica evidente num manifesto da Liga de Resistência entre Pedreiros e Anexos, onde a agremiação ressaltava que, diferentemente de outros ofícios, “nós podemos contar com uma média de apenas 18 a 20 dias de trabalho ao mês, considerando os dias de chuva, os dias em que faltam materiais e outros inconvenientes do nosso ofício (...).”<sup>28</sup> Sujeitos às intempéries, à dinâmica de organização das obras, cujo andamento dependia da reposição regular de materiais para a execução dos serviços, e à oferta de emprego, em alguns momentos os pedreiros poderiam dispor de um maior tempo fora do trabalho, que poderia ser usado para desempenhar outras atividades ou, no caso de Julio Finale, para freqüentar armazéns e outros espaços de lazer pelas manhãs.

Os conflitos em vendas, armazéns e botequins que ocorrem, na ampla maioria das vezes, após prévios rituais de sociabilidade envolvendo consumo de bebidas alcoólicas, podem revelar, além da mera violência, traços relevantes do

---

<sup>27</sup> “Fatos Diversos”, *Correio Paulistano*, 4/04/1906, p. 4.

<sup>28</sup> “Lega di Residenza tra muratori e affini”, *La Lotta Proletaria*, 15/07/1909, p. 3.

mundo do trabalho paulistano. Como observou Sidney Chalhoub em relação a espaços semelhantes na cidade do Rio de Janeiro, para os trabalhadores que freqüentavam aqueles lugares o “ideal burguês de separação rígida entre trabalho e lazer não tinha significado algum: trabalho e diversão estão associados no cotidiano e não são regidos por horários fixos.” (CHALHOUB, 2001, p. 258).

Embora as lideranças do movimento enxergassem o álcool como causa de diversos males aos trabalhadores, entre eles a desmobilização, o consumo de bebida também fazia parte do hábito daqueles que aderiam aos movimentos reivindicatórios – e que, portanto, possuíam algum grau de identificação com as bandeiras e com o discurso das organizações sindicais. Durante a greve de 1907, iniciada entre os ferroviários da Companhia Paulista e generalizada entre outras categorias – exigindo, principalmente, a jornada de trabalho de 8 horas – o jornal *O Comércio de São Paulo* noticiou a presença de “menores grevistas” que, aderindo ao movimento, “começaram a freqüentar os botequins e farras, bebendo e fumando com vontade.”<sup>29</sup> Além do problema do alcoolismo entre trabalhadores menores, amplamente empregados em fábricas de tecidos como a Mariângela (MOURA, 1982), percebemos que o botequim também era visto como local de sociabilidade entre os grevistas – que faziam do consumo do álcool e do movimento reivindicatório uma mistura explosiva aos olhos da grande imprensa. Notamos ainda certa distância entre o que defendido pelas lideranças sindicais e a prática dos militantes. Interrompendo a produção em prol da melhoria das condições de trabalho, os menores poderiam enxergar o ato coletivo como uma maneira de quebrar a dura rotina vivida na fábrica, rotina essa que, conforme demonstra Jacob Penteadado, muitas vezes era cruel para as crianças trabalhadoras (PENTEADO, 2003). Faziam isso articulando a adesão à greve com as práticas mais populares – freqüentando os botequins, consumindo bebidas alcoólicas ao mesmo tempo em que aderiam às bandeiras das lutas sindicais.

---

<sup>29</sup> “Menores Grevistas”, *O Comércio de São Paulo*, 26/05/1907, p. 4.

Em novembro de 1906, nos últimos dias de uma greve de chapeleiros da fábrica de Chapéus João Adolfo, no Bexiga, o jornal da categoria publicou o nome de diversos “crumiros”, que voltaram a trabalhar antes que fosse decretado o fim do movimento. Segundo os grevistas, os fura-greves foram recrutados em um dos botequins próximos à fábrica. A pedido de Francisco Sarno – chapeleiro visto como o principal traidor do movimento, cuja foto foi estampada na primeira página de *O Chapeleiro* – Lourenço, dono do botequim juntamente com sua esposa, Ângela Maria, teria informado ao proprietário da fábrica que haveria 30 operários que “romperiam todos os laços com a associação” e voltariam a trabalhar.<sup>30</sup> A estratégia de convencimento era fundada em supostas benevolências do patrão para quem voltasse ao trabalho.

Lourenço teria afirmado ainda que a União dos Chapeleiros “não tinha fundo, que não pagava os grevistas, que ele era credor de dois ou três grevistas, mas que não podia vender-lhes a estes mais nada ‘fiado’ por que os tais disseram-lhe que a Sociedade não tinha feito o pagamento”<sup>31</sup>, uma referência ao subsídio de greve, oferecido pela associação para auxílio dos grevistas – prática comum entre os sindicatos da época. No entanto, a União dos Chapeleiros negou prontamente que não auxiliava os paredistas, sugerindo “bater nos narizes” dos proprietários da venda com o “livro de pagamento feito aos grevistas”, decidindo ainda boicotar o “sujo botequim.”<sup>32</sup>

A queixa dos chapeleiros demonstra que, embora servisse como um “alçapão”, uma armadilha para angariar fura-greves, o referido botequim devia ser bem freqüentado pela categoria durante a greve, dado à possibilidade de comprar fiado – o que deveria ser conveniente diante da interrupção dos pagamentos dos salários aos trabalhadores. Lourenço era ex-empregado da Fábrica de Chapéus João Adolfo, onde também fora explorado – como admitia

---

<sup>30</sup> *O Chapeleiro*, p. 1.

<sup>31</sup> Idem.

<sup>32</sup> Idem.

o jornal dos chapeleiros – o que pode ter feito com que compreendesse as dificuldades dos paredistas, aceitando vender produtos a crédito. Talvez por pressão do dono da fábrica ou, mais provável, por medo de não receber pelos produtos comprados fiado, os donos do estabelecimento pressionavam os trabalhadores para que voltassem ao trabalho, de modo que recebessem seus salários regularmente e pudessem pagar-lhes em dia.

Embora os militantes – como os adeptos do sindicalismo revolucionário e os anarquistas – vissem os trabalhadores que consumiam bebidas em excesso como exemplos que não deveriam ser seguidos, também os viam como vítimas da sociedade, podendo ser recuperados (BERTUCCI, 1997). Em artigo publicado no jornal *La Nuova Gente*, de cunho anarquista, o articulista dizia que, para ser um bom propagandista, seria necessário ir às tavernas para se formar um conceito real sobre o estado moral dos companheiros de trabalho: “E a ti, pobre vítima da pinga (álcool) o que posso te dizer para te tocar a mente e o coração?”, indagava o articulista.<sup>33</sup> Assim, os freqüentadores de tavernas e inveterados consumidores de bebidas alcoólicas não eram vistos com mero desprezo, mas sim como companheiros que precisavam ser conquistados para as fileiras da militância. E, certamente, essa conquista passava por uma atuação política e sindical junto aos espaços de lazer freqüentados pelos trabalhadores, cuja importância deveria ser grande na medida em que o patronato não via com bons olhos a presença das organizações sindicais nos locais de trabalho.

Entre o futebol, associações recreativas e entidades sindicais, os trabalhadores paulistanos possuíam uma ampla gama de espaços de sociabilidade. Embora com objetivos distintos e diferentes concepções a respeito do uso do tempo livre, o que, em diversas ocasiões, foi motivo de conflitos entre elas, as diferentes associações fundadas e freqüentadas pelos trabalhadores não eram mutuamente excludentes, apresentando, como procuramos demonstrar aqui,

---

<sup>33</sup> *La Nuova Gente*, 5/11/1903, p. 4.

certas práticas e relações que as aproximavam. Da mesma forma, os espaços informais de convívio, como as vendas e os botequins, se relacionavam com o cotidiano do trabalho e com esferas institucionais dos trabalhadores, revelando, portanto, experiências de sociabilidade bastante complexas.

*Artigo recebido em setembro de 2008; aprovado em novembro de 2008.*

### Referências Bibliográficas

BERTUCCI, Liane Maria. *Saúde: arma revolucionária. São Paulo, 1891-1925*. Campinas: Área de publicações CMU/UNICAMP, 1997, 232 p.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2ª Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, 367 p.

GRAVELEAU, Nathalie. *Les cafes comme lieux de sociabilite politique a Paris et en banlieue (1905-1913)*. Paris, Universidade de Paris I - Panthéon – Sorbone, 1991, 125 p.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. 3ª

Ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2002, 397 p.

HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho. Novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 447 p.

JONES, G. Stephen. Labor, Society and the drink question in Britain – 1918-1939. *The Historical Journal*, Cambridge, Cambridge University Press, vol. 30, n° 1, p. 105-122, 1987.

LONER, Beatriz Ana. *Construção de Classe. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, Editora Universitária, Unitrabalho, 2001, 467 p.

MACHADO, Alcântara. *Brás, Bexiga e Barra Funda. Notícias de*

*São Paulo*. São Paulo: O Estado de S. Paulo/ Klick Editora, 1997, 169 p.

MOURA, Esmeralda B. B. *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis: Vozes, 1982, 164 p.

NOMELINI, Paula C. Bin. *Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1930)*. Dissertação de Mestrado, Campinas, IFCH/UNICAMP, 2007, 230 p.

PENTEADO, Jacob. *Belenzinho, 1910: retrato de uma época*. 2ª Edição. São Paulo: Carrenho Editorial/Narrativa Um, 2003, 296 p.

PEREIRA, Leonardo A. de M, *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, 374p.

THOMPSON, Edward P: “Disciplina, tempo de trabalho e capitalismo industrial”. In: *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.267.